

Capítulo 1

Artigo 10 Uso sustentável de componentes da diversidade biológica

137. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?						
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa		
138. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?						
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X	d) Muito limitante
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos						
Questões 137 e 138.						
<p>O Decreto nº. 1.282, de 19 de outubro de 1994, torna obrigatória a apresentação de Planos de Manejo para exploração florestal. O Decreto nº. 2.788, de 28 de setembro de 1998, altera o Decreto nº. 1.282, e em seu art. 1º, define que "a exploração das florestas primitivas da bacia amazônica de que trata o art. 15 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), e das demais formas de vegetação arbórea natural, somente será permitida sob a forma de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, que deverá obedecer aos princípios de conservação dos recursos naturais, de preservação da estrutura da floresta e de suas funções, de manutenção da diversidade biológica, de desenvolvimento socioeconômico da região e aos demais fundamentos técnicos estabelecidos neste Decreto".</p> <p>O Decreto nº. 2.661, de 8 de julho de 1998, regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais.</p> <p>Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Ver comentários da questão 70.</p>						

139. Seu país tem incorporado o exame de conservação e uso sustentável de recursos biológicos no processo decisório nacional (10a)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programa ou política em execução	
e) relatórios de implementação disponíveis	
140. Seu país adota medidas relacionadas ao uso de recursos biológicos que evitam ou minimizam impactos negativos na diversidade biológica (10b)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	
141. Seu país emprega medidas que protegem e encorajam o uso costumeiro de recursos biológicos compatíveis com as exigências de conservação ou uso sustentável (10c)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	

Capítulo 1

142. Seu país emprega medidas que ajudam populações locais a desenvolver e implementar ações corretivas em áreas degradadas onde a diversidade biológica tem sido reduzida (10d)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	
143. Seu país incentiva ativamente a cooperação entre autoridades governamentais e o setor privado no desenvolvimento de métodos para uso sustentável da diversidade biológica (10e)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programa ou política em execução	
e) relatórios de implementação disponíveis	

Decisão IV/15. Relação da Convenção com a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e convenções relacionadas à biodiversidade

144. Seu país tem submetido ao Secretariado informações sobre turismo e seus impactos na diversidade biológica, e esforços para efetivamente planejar e administrar o turismo?	
a) não	X
b) sim – relatórios nacionais anteriores	
c) sim – estudos de casos	
d) sim – outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	
145. Seu país tem submetido ao Secretariado informações sobre atividades da CDS (assim como SIDS, recursos de oceanos, de mares e de águas doces, padrões de consumo e produção)?	
a) não	X
b) sim - relatórios nacionais anteriores	
a) sim – correspondências	
d) sim - outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	

Decisão V/24. Uso sustentável como questão integradora

146. Seu país tem identificado indicadores e incentivado medidas para setores relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade?	
a) não	
b) levantamento de indicadores potenciais em execução	
c) indicadores identificados (caso positivo, favor descrever abaixo)	X
147. Seu país tem auxiliado outras Partes a aumentar suas capacidades de implementar práticas de uso sustentável, programas e políticas em nível regional, nacional e local, especialmente em busca da mitigação da pobreza?	
a) não	
b) irrelevante	
c) em extensão limitada	X
d) em extensão significativa (favor fornecer detalhes)	

Capítulo 1

148. Seu país tem desenvolvido mecanismos para envolver o setor privado e comunidades indígenas e locais em iniciativas de uso sustentável, e em mecanismos para assegurar o benefício de comunidades indígenas e locais a partir desse uso sustentável?	
a) não	
b) mecanismos em desenvolvimento	
c) mecanismos em execução (favor descrever)	X
149. Seu país tem identificado áreas para conservação que se beneficiariam pelo uso sustentável da diversidade biológica e comunicado essa informação ao Secretariado Executivo?	
a) não	
b) sim	X

Decisão V/25. Diversidade biológica e turismo

150. Seu país baseia sua política, programas e atividades, no campo de turismo sustentável, na avaliação de inter-relações entre turismo e diversidade biológica?	
a) não	
b) em extensão limitada	X
c) em extensão significativa	
151. Seu país tem submetido estudos de casos sobre turismo como um exemplo de uso sustentável da diversidade biológica para o Secretariado Executivo?	
a) não	X
b) sim	
152. Seu país realiza atividades relevantes para a biodiversidade e turismo encorajado pelo Ano Internacional de Ecoturismo?	
a) não	
b) sim	X
153. Seu país realiza atividades relevantes para a biodiversidade e turismo, encorajado pelo Ano Internacional das Montanhas?	
a) não	X
b) sim	
154. Seu país realiza atividades relevantes para a biodiversidade e turismo encorajado pelo Ano Internacional da Iniciativa dos Recifes de Corais?	
a) não	
b) sim	X
155. Seu país tem estabelecido políticas que capacitam sistemas legais a complementar esforços voluntários para a implementação efetiva do turismo sustentável?	
a) não	
b) em extensão limitada	X
c) em extensão significativa (favor descrever)	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 139.

O Governo brasileiro possui alguns programas que incorporam as preocupações relativas à conservação e ao uso sustentável de componentes da biodiversidade:

- Amazônia Sustentável. Esse programa reúne um grande número de projetos para preservar e manter a área de floresta e, ao mesmo tempo, oferecer opções de desenvolvimento que beneficiem, especialmente,

as populações que lá vivem. Requer também a participação de estados, municípios, organizações não-governamentais e comunidades locais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente. O orçamento do projeto para o período de 2000-2003 foi de R\$179,2 milhões. Mais informações em www.mma.gov.br/port/sca/capa/index.html.

- Desenvolvimento da Amazônia Legal. Programa que visa a promover o desenvolvimento socioeconômico da região Amazônica, preservando os recursos ambientais. O programa conta com R\$2,4 bilhões para o período de 2000-2003. Os principais resultados alcançados pelo programa foram o financiamento de mais de 27 mil projetos, atendendo cerca de 18 mil produtores de base familiar; a geração de mais de 36 mil empregos, com os financiamentos concedidos; e a oportunidade de ocupação de cerca de 75 mil pessoas na agricultura familiar.
- Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. O Centro-Oeste brasileiro transformou-se, enormemente, desde os anos 80. Até então, a força econômica da região era a pecuária, com criações extensivas de gado. Hoje, o Centro-Oeste é um grande celeiro, líder brasileiro na produção e na exportação de grãos, principalmente a soja e o milho. Vários fatores contribuíram para esse novo perfil: criação de infraestrutura de transporte; aprimoramento, por meio de pesquisas da EMBRAPA, no manuseio do solo do cerrado; investimentos na modernização agrícola; e a chegada de migrantes com experiência na agricultura. Essa nova estrutura econômica e social requer uma estratégia de desenvolvimento sustentável que integre a produção familiar na economia regional, com respeito ao meio ambiente. O principal resultado do projeto foi a concepção e implantação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste. O orçamento do programa (2000-2003) foi de R\$1,6 bilhão.
- Desenvolvimento da Região Nordeste. Trata-se de programa que busca o desenvolvimento sustentável da região, apoiando empreendimentos que envolvam a comunidade local e respeitem o meio ambiente. Suas principais ações são: financiamento de projetos de desenvolvimento industrial e agrícola da região Nordeste; apoio ao pequeno produtor rural; capacitação de recursos humanos; e estudos para o planejamento e a gestão do desenvolvimento da região. O principal resultado do programa foi beneficiar mais de 48 mil produtores/empresas, com as contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. Desse total, aqueles classificados como de mini e pequeno porte absorveram 45,4% dos créditos. O orçamento do programa (2000-2003) foi de R\$5,5 bilhões.
- Florestar. Esse programa tem como principal objetivo a promoção do uso sustentável dos recursos florestais. O orçamento foi de R\$162,5 milhões para o período 2000-2003. Suas principais ações foram: apoio a projetos de assistência técnica ao fazendeiro florestal, bem como de extensão florestal e os que promovam a tecnologia florestal; pesquisa e desenvolvimento em conservação, manejo, transformação e utilização de florestas e agroflorestas e reposição florestal. Os principais resultados foram: reflorestamento de aproximadamente 5 mil hectares por meio de convênios com estados; assistência técnica e financeira a aproximadamente 7 mil pequenos proprietários rurais; e geração de emprego e renda pelo convênio com o Estado de Santa Catarina, atendendo a quase 6 mil famílias de pequenos agricultores em processo de exclusão da atividade agropecuária. Linhas temáticas da Política Nacional de Florestas (PNF): expansão da base florestal plantada; expansão e consolidação do manejo de florestas em áreas públicas; manejo de florestas nativas em áreas privadas; monitoramento e controle; populações tradicionais e indígenas; educação, ciência e tecnologia florestais; serviços ambientais das florestas; fortalecimento institucional e extensão florestal; modernização das indústrias de base florestal; e mercado e comércio de produtos florestais. Mais informações em www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/acoes.html.
- Florestas Sustentáveis. Tem como objetivo promover o uso sustentável das florestas brasileiras, como ênfase em técnicas de manejo florestal. O orçamento do programa é de R\$69,2 milhões, e suas principais ações são: fomento a projetos de exploração florestal sustentável; manejo de recursos naturais em florestas tropicais - PPG7; apoio às populações tradicionais em reservas extrativistas; controle da comercialização e do transporte de produtos florestais; monitoramento dos planos de manejo das florestas sustentáveis; plano para ordenamento e manejo de recursos florestais. Os resultados alcançados são os seguintes: ações de "Capacitação de Recursos Humanos às Tecnologias Apropriadas às Comunidades Extrativistas" e "Apoio às Populações Tradicionais em Reservas Extrativistas". Esses resultados superaram as expectativas com a participação das organizações comunitárias no planejamento de seminários, treinamentos e cursos, propiciando a adoção de novas técnicas que agregam valor à produção extrativista dentro das Reservas Extrativistas. Sobre os recursos das Florestas Nacionais temos que seu uso múltiplo vem conseguindo manter florestas produtivas em áreas bem superiores às previstas no Programa graças aos Instrumentos de Gestão dessas unidades (Planos de Manejo). Para mais informações, visite www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/acoes.html.

Capítulo 1

- Programa Pantanal. Visa a promover a conservação e o uso sustentável de recursos ambientais no Pantanal Mato-grossense; também busca melhorar a infra-estrutura turística, por exemplo, construindo estradas-parque. O programa ainda incentiva outras atividades econômicas, como a aqüicultura. Conta com orçamento de R\$261,5 milhões (2000-2003), e suas principais ações são: ampliação e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário da bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal; ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água da bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal; implementação de estradas-parque na bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal; implantação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos e gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal. Para mais informações, visite www.mma.gov.br/port/sqa/pantanal.html.
- Programa Proteção da Amazônia (Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM / Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM). Ver comentários das questões 30 e 31 (artigo 7).
- Programa Turismo Verde. Tem como objetivo estimular o ecoturismo na Amazônia Legal, com ênfase na realização de parcerias com a iniciativa privada. Conta com R\$317 milhões para o período de 2000-2003. Suas principais ações são: financiamento de projetos de ecoturismo na Amazônia e formação de pessoal para esse fim (Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal – PROECOTUR); desenvolvimento da infra-estrutura turística na região Norte; assistência técnica e financeira em ecoturismo na Amazônia (PROECOTUR). Os principais resultados alcançados pelo programa foram: implementação da estrutura técnica e gerencial em Brasília e nos nove estados que compõem o Programa; criação de novos roteiros turísticos disponibilizados no mercado nacional e no internacional. Mais informações em www.mma.gov.br/port/sca/capa/index.html.
- Programa Zoneamento Ecológico Econômico. Ver comentários do artigo 8º.
- Programa BIOVIDA. Ver comentários do artigo 6º.
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMM). Esse instituto foi criado, em maio de 1999, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de implementação que já vinham sendo realizados pelo Projeto Mamirauá. Em 7 de julho de 1999, por decreto presidencial, o instituto foi qualificado como Organização Social. O IDSMM tem por missão o desenvolvimento de modelo de área protegida para grandes áreas de florestas tropicais onde, por meio de manejo participativo, possa ser mantida a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos.
- Projeto Plataforma Plantio Direto. Esse projeto surgiu da expectativa dos diferentes setores envolvidos com o desenvolvimento do Sistema Plantio Direto, dentro do que foi denominado “cadeia da sustentabilidade” da agricultura. Fazem parte dessa cadeia produtores rurais; extensionistas; pesquisadores; professores; técnicos de assistência técnica privada; indústria de defensivos agrícolas, corretivos e fertilizantes e de máquinas agrícolas; ministérios e órgãos de financiamento e de normalização federais, estaduais e municipais. O objetivo principal do Projeto Plataforma Plantio Direto foi preparar as bases para a melhoria da eficiência e da eficácia do Sistema Plantio Direto, contribuindo, decisivamente, para uma agricultura sustentável em termos ambientais, competitiva economicamente e equitativa socialmente. Disponível em www.embrapa.gov.br.

Citam-se o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar (PROAMBIENTE) e o PRONAF Florestal (ações integradas para o fortalecimento e incentivo a projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, silvicultura e sistemas agroflorestais, ambos desenvolvidos e implementados em parceria entre o MDA e o MMA:

- PROAMBIENTE. Proposta das organizações representativas dos produtores familiares rurais, já incluída no PPA, que se propõe em seus objetivos, a partir da introdução de novos sistemas de produção e técnicas produtivas que permitam a geração, certificação e remuneração de serviços ambientais, a implementação de uma estratégia de desenvolvimento socioambiental para os produtores familiares rurais. Para atingir esses objetivos, o PROAMBIENTE prevê que as famílias interessadas em participar do programa se organizem por meio de pólos, unidade territorial que congregue uma média de 250 a 500 famílias.
- PRONAF Florestal. Objetivando o adequado manejo dos recursos naturais, o PRONAF Florestal estimula o plantio de espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais. Dessa forma, o Governo pretende satisfazer a demanda por produtos florestais, preservando as florestas nacionais e recuperando áreas degradadas, promovendo o ordenamento ambiental das propriedades rurais

Questão 140.

Sistema Nacional para Prevenção e Combate de Incêndios Florestais (PREVFOGO). Ver comentários da questão 203.

Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (PROARCO). Ver comentários da questão 203.

Projeto de Apoio ao Manejo e Comercialização da Palmeira Murmuru no Vale do Alto Juruá. O objetivo desse projeto é apoiar um plano de manejo e de desenvolvimento de modernas tecnologias para a utilização do óleo do murmuru, observando os aspectos socioeconômicos e os impactos no ecossistema. Órgão responsável: Departamento de Comunidades Sustentáveis (DCS) da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Endereço eletrônico: dc@ac.gov.br. Valor total do investimento: R\$37.406,00. Financiadores: Ministério do Meio Ambiente (MMA 99CV00005) e Governo do Estado do Acre. Período de Execução: janeiro a dezembro/1999.

Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Produtos Florestais Não-madeireiros no Estado do Acre. O objetivo é apoiar o desenvolvimento das unidades de produção de produtos florestais não-madeireiros do Estado do Acre nas fases de manejo, beneficiamento, comercialização e organização cooperativista. Financiadores: Ministério do Meio Ambiente (MMA 2001CV000119) e Governo do Estado do Acre. Período de Execução: janeiro a novembro de 2002. Endereço eletrônico: dc@ac.gov.br. Órgão responsável: Departamento de Comunidades Sustentáveis (DCS) da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Valor total do investimento: R\$414.569,55.

Manejo Florestal Sustentável de Mogno (*Swietenia macrophylla*, King): Uma Iniciativa Piloto do Governo do Estado do Acre. Atividade desenvolvida em colaboração com WWF, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e US Forest Service. Órgão responsável: IMAZON. Valor total: US\$1,7 milhão para o período inicial de cinco anos. Mais informações em: df@ac.gov.br e amazon@amazon.org.br.

Questão 141.

Ver comentários sobre questão 8j.

Projeto Reservas Extrativistas (RESEX). Além das RESEXs implantadas na região Amazônica, há também esforços para o estabelecimento de RESEXs na Zona Costeira e Marinha que incentivem a exploração sustentável de recursos pesqueiros (CNPT/ IBAMA). Mais informações em www.unilivre.org.br/centro/experiencias/experiencias/334.html.

EMBRAPA-Krahô. Trata-se de projeto de estudos e pesquisa em etnobiologia, conservação de recursos genéticos e apoio ao bem-estar alimentar do povo Krahô. O projeto Krahô executa as ações previstas no convênio FUNAI/EMBRAPA de 1997 e no contrato FUNAI/EMBRAPA (kapey - organização Krahô) de 2000. A comissão gestora do projeto é integrada por técnicos da FUNAI/EMBRAPA e representantes Krahô. De 2000 a 2002, o Projeto Krahô apresentou resultados na recuperação de tecnologias tradicionais, manejo de sistemas agrícolas das aldeias Krahô, capacitação indígena, coleta, caracterização e conservação de recursos genéticos. Recursos: R\$270 mil no período de 2000 a 2002. Consolidação da 1ª fase (três anos) - implantação.

Pesquisa "Seleção de linhagens de fungos capazes de degradar compostos orgânicos poluentes do solo e de efluentes industriais (organoclorados, corantes têxteis, entre outros)". Pesquisa em andamento, visando à degradação de compostos orgânicos poluentes do solo e de efluentes industriais, a partir da seleção de fungos em ecossistemas, com destaque à coleta de material biológico no Parque Estadual Xixová-Japuí, Município de São Vicente – SP. Órgão responsável: Instituto de Botânica de São Paulo (www.ibot.sp.gov.br) e Cia. de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), São Paulo.

Projeto Adaptação de Tecnologia para Exploração Sustentável do Óleo de Copaíba. O objetivo desse projeto é incentivar a exploração racional de novas opções extrativistas para populações tradicionais, com cursos de capacitação para manejo e identificação botânica, funcionamento do mercado e beneficiamento. Financiadores: Ministério do Meio Ambiente (MMA CV00003) e Governo do Estado do Acre. Período de Execução: junho a dezembro de 1999. Órgão responsável: Departamento de Comunidades Sustentáveis (DCS) da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Valor total do investimento: R\$93.748,00. Mais informações em dc@ac.gov.br.

Projeto Desenvolvimento Sustentável do Setor de Produtos Fitoterápicos no Estado do Acre. O objetivo desse projeto é viabilizar a cadeia produtiva de produtos fitoterápicos do Acre enfocando aspectos de mercado, ecologia, beneficiamento e regulamentação legal, resultando em alguns produtos comerciáveis

Capítulo 1

em nível regional e nacional. Valor total: R\$203.244,09. Financiadores: Ministério do Meio Ambiente (MMA 99CV0043) e Governo do Estado do Acre. Período de execução: janeiro a dezembro/2000. Valor total: R\$203.244,09. Mais informações em dcs@ac.gov.br.

Projeto de Racionalização da Extração Gumífera em Áreas de Reservas Extrativistas através da Implantação de Ilhas de Alta Produtividade (IAPs). O Projeto objetiva gerar uma proposta aplicável no sentido biológico, socioambiental, econômico, cultural e técnico para implantação das IAPS em áreas de reserva extrativistas contribuindo para a melhoria da produção e da produtividade do extrativismo gumífero e para a diversificação da produção. Financiadores: Fundo Mundial para a Natureza/Brasil ((WWF/Brasil) nº. CBR – 053-00 (setembro/99 a fevereiro/00), nº. CBR–084-00 (agosto/00 a fevereiro/01) e nº. CBR – 111 - 2001(setembro/01 a fevereiro/02)) e Governo do Estado do Acre. Órgão responsável: Departamento de Comunidades Sustentáveis (DCS) da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Valor total do investimento: R\$134.475,00. Endereço eletrônico: dcs@ac.gov.br.

Programa Estadual e Federal de Subvenção da Borracha Natural Bruta. O Governo do Acre, em 1999, criou – e está implementando – o Subsídio Estadual da Borracha Natural Bruta (Pagamento de Serviços Ambientais diretamente ao seringueiro quando comercializa sua produção), a denominada Lei Chico Mendes, nº. 1.277, de 13 de janeiro de 1999, que instituiu R\$0,40 (quarenta centavos de Real) para cada quilograma de borracha comercializado pelo seringueiro acreano. Neste mesmo ano, o Governo Federal e o Governo do Estado do Acre decidiram operacionalizar integradamente o subsídio federal (Lei nº. 9.479, de 12 de agosto de 1997) e o estadual (Lei Chico Mendes, nº. 1.277, de 13 de janeiro de 1999),. Órgão responsável: Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Valor total do investimento subsídios da borracha (federal e estadual): R\$5.267.122,68.

Questão 142.

Ver comentários do artigo 8j.

Questão 143.

A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Ministério do Meio Ambiente realiza ações no sentido de incentivar práticas sustentáveis pelo setor empresarial. De forma sucinta, são elas: desenvolvimento de instrumentos econômicos para a gestão ambiental; incentivos à rotulagem ambiental por meio do Programa Brasileiro de Rotulagem Ambiental; incentivos ao ecoturismo, entre outros.

O SNUC (Lei nº. 9.985) obriga a criação de um Comitê Gestor para cada uma das UCs e estabelece que este deva ser participativo. O Decreto nº. 4.340, que regulamenta a citada lei, prevê a participação do setor privado atuante na região da UC nos Comitês Gestores, que podem se consultivos ou deliberativos, de acordo com o grupo da UC. Responsáveis: DAP-MMA/IBAMA/OEMAs. Em desenvolvimento. Para maiores informações, visite www.mma.gov.br/port/sds/capa/.

A Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente realiza ações no sentido de incentivar práticas sustentáveis por diversos setores da sociedade. São elas:

- Pactos Políticos. Busca-se um acordo político com setores produtivos, organizações não-governamentais, movimentos sociais e poderes estaduais e municipais, por meio da criação de três comissões de trabalho e da elaboração de agendas positivas dos estados da Amazônia. Agenda Positiva do Acre, Amapá, Mato Grosso, Rondônia e Roraima.
- Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) concebido como uma proposta para conservar a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono na atmosfera e promover um maior conhecimento das atividades sustentáveis da floresta tropical.
- Programa de Apoio ao Agroextrativismo. Apóia o desenvolvimento de iniciativas de melhoria da infraestrutura do processo produtivo, cria mecanismos que permitem o acesso das populações agroextrativistas às linhas de crédito formais, promove ações voltadas ao fortalecimento da comercialização e ao acesso de novos mercados.
- Turismo Verde. "O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas". O desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal é tido como uma das bases para o

desenvolvimento sustentável da região. Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR e Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo).

- PROAPAM. Propõe-se a expandir e a consolidar um sistema de áreas protegidas na região Amazônica do Brasil, com prioridade para as UCs de Uso Indireto, introduzindo mudanças na abordagem das questões relacionadas com o ordenamento do território e com o uso dos recursos naturais amazônicos, tendo em vista assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável na região. Mais informações em www.mma.gov.br/port/sca/.

Questão 144.

Programa sobre Turismo. A EMBRATUR desenvolve um programa sobre turismo em nível das comunidades. Há preocupação de integrar ações ambientais no programa. Esse programa tem metodologia inovadora. Mais informações em www.embratur.gov.br.

Questão 145.

Relatórios e documentos para a Rio+10. Já existe informação [ver revista editada pela Secretaria Executiva (SECEX) do Ministério do Meio Ambiente (MMA)].

A Agenda 21 brasileira encontra-se em fase de implementação. Tal processo irá se basear em seis eixos temáticos: Agricultura Sustentável; Cidades Sustentáveis; Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável; Infra-estrutura e Integração Regional; Gestão dos Recursos Naturais; e Redução das Desigualdades Sociais. Foram realizadas reuniões em todos os estados do Brasil e o FNMA apoiou projetos para a elaboração de Agendas 21 locais municipais em 2001. Mais informações disponíveis em www.agenda21.org.br.

Questão 146.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou a edição de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil com informações sobre a realidade brasileira, integrando as dimensões social, ambiental, econômica e institucional. O documento, na íntegra, encontra-se disponível no endereço www1.ibge.gov.br/home/geografia/ambientais/ids/ids.pdf. Para definição dos critérios e indicadores de sustentabilidade no uso dos recursos florestais, visite www.mma.gov.br/florestas. DIFLOR/SBF/PNF - definição e implantação de mecanismos para a concessão de uso de florestas. SIMBIO/IBAMA/GTZ – definição de Indicadores de Biodiversidade pelo IBAMA (em andamento).

ICMS Ecológico. Ver comentários da questão 158.

Questão 147.

Cooperação Técnica prestada para países em desenvolvimento. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores presta cooperação a países em desenvolvimento por meio de projetos na área de educação, saúde, agricultura. (Cooperação Sul-sul/África e países da América Latina). Coordenação: CTPD (em execução). Maiores informações em www.abc.mre.gov.br.

O Ministério da Integração Nacional desenvolve ações voltadas para a redução das desigualdades regionais. O Programa Sub-regiões Diferenciadas e o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) são os mais importantes, pois buscam uma maior equidade entre as regiões brasileiras.

Questão 148.

Ver comentários do artigo 8j e do artigo 15 (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético).

Natura Cosméticos/Acre e CEDAC(Convênio). Empresas privadas utilizam matérias-primas extraídas de forma sustentável, comprando-as das populações tradicionais, investindo, ainda, na capacitação dessas populações tradicionais e indígenas para a exploração sustentável dos recursos.

Experiência na Reserva de Xapuri (AC). Processamento de produtos oriundos da floresta. Diretoria do Programa Nacional de Florestas (DIFLOR/PNF). Orçamento: R\$500 mil (CEDAC). Mais informações em www2.ibama.gov.br/resex/cmendes/visite.htm.

Capítulo 1

Banco da Amazônia (BASA). O Banco da Amazônia oferece crédito para atividades ligadas à conservação e ao uso sustentável de recursos naturais na Amazônia brasileira. As seguintes atividades recebem créditos:

- manejo florestal sustentável vinculado ao processo de industrialização da madeira;
- reabilitação de áreas alteradas e(ou) degradadas, por meio de:
 - a) sistemas agroflorestais, compostos de essências florestais, culturas perenes e de ciclo curto, de forma que a produção seja sustentada;
 - b) reflorestamento com essências de curta e média maturação, para fins energéticos, madeireiros e não-madeireiros.
- segmentos de química fina e bioindústria;
- indústria de base florestal com certificação da produção florestal (englobando a extração, beneficiamento e comercialização, excluindo-se financiamento isolado para serrarias);
- agroindústrias de produtos não-madeireiros, compreendendo as atividades de transformação ou beneficiamento de matéria-prima *in natura*, de origem florestal, produzida parcialmente ou totalmente no próprio empreendimento, bem como, a produzida por terceiros, provenientes de áreas manejadas;
- pesquisas tecnológicas aplicadas, difusão e transferência de tecnologias avançadas, voltadas para manejo, reflorestamento e industrialização, destacando as de caráter cooperativo, que visem à exploração racional dos recursos florestais.

Mais informações em www.basa.com.br.

Há uma publicação com um conjunto de estudos de caso de empresas que incorporam a dimensão ambiental em suas práticas, visando a produção sustentável: Almeida, Fernando. 2002. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 192p.

Questão 149.

Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nos Biomas Brasileiros (ver capítulo 3).

Questões 150.

Ecoturismo. Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo. Documento elaborado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Disponível em www.embratur.gov.br.

Proposta de Turismo Sustentável. Envolve 73 municípios da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Questão 154.

O MMA realizou a Campanha de Condução Consciente em Ambientes Recifais. Reconhecendo o impacto potencial da visitação em áreas com presença de recifes de coral, a Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas (DAP) desenvolveu esta campanha de condução consciente. A primeira fase da campanha foi dirigida para as UCs (federais, estaduais e municipais) do nordeste brasileiro, mas pretende-se expandi-la para as áreas não protegidas. O material informativo foi distribuído da seguinte forma:

- folhetos aos visitantes;
- pôsteres para fixação em barcos turísticos e hotéis;
- livretos para estudantes de escolas locais.

Mais informações em www.mma.gov.br/port/sbf/dap/index.cfm.